

V

(Avisos)

PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

~~Acórdão do Tribunal de Justiça (Quarta Secção) de 8 de março de 2012 — Comissão Europeia/República Portuguesa~~

~~(Processo C-524/10) ⁽¹⁾~~

~~(Incumprimento de Estado — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado — Diretiva 2006/112/CE — Artigos 296.º a 298.º — Regime comum forfetário dos produtores agrícolas — Percentagem forfetária de compensação de nível zero)~~

~~(2012/C 126/02)~~

~~Língua do processo: português~~

Partes

~~Demandante: Comissão Europeia (representante: M. Afonso, agente)~~

~~Demandada: República Portuguesa (representantes: L. Inez Fernandes e R. Laires, agentes)~~

Objeto

~~Incumprimento de Estado — Violação dos artigos 296.º a 298.º da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de Novembro de 2006, relativa ao sistema do imposto sobre o valor acrescentado (JO L 247, p. 1) — Regime forfetário com vista a compensar a carga do IVA pago sobre a aquisição de bens e serviços dos agricultores forfetários — Percentagem forfetária de compensação de nível zero~~

Dispositivo

~~1. Ao aplicar aos produtores agrícolas um regime especial que não respeita o regime instituído pela Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, pelo facto de os dispensar do pagamento do imposto sobre o valor acrescentado e prever a aplicação de uma percentagem forfetária de compensação de nível zero, a República Portuguesa não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força dos artigos 296.º a 298.º da referida diretiva.~~

~~2. A ação é julgada improcedente quanto ao restante.~~

~~3. A Comissão Europeia e a República Portuguesa suportarão as suas próprias despesas.~~

~~⁽¹⁾ JO C 30 de 29.1.2011~~

Acórdão do Tribunal de Justiça (Sétima Secção) de 8 de março de 2012 — Comissão Europeia/República Francesa

(Processo C-596/10) ⁽¹⁾

(Incumprimento de Estado — Imposto sobre o valor acrescentado — Diretiva n.º 2006/112/CE — Aplicação de taxas reduzidas de IVA às operações relativas aos equídeos, nomeadamente aos cavalos)

(2012/C 126/03)

Língua do processo: francês

Partes

Recorrente: Comissão Europeia (representantes: F. Dintilhac e M. Afonso, agentes)

Recorrida: República Francesa (representantes: G. de Bergues, J. — S. Pilczner e B. Beaupère-Manokha, agentes)

Interveniente: Irlanda (representantes: D. O'Hagan, agente, e N. Travers e G. Clohessy, barristers)

Objeto

Incumprimento de Estado — Violação dos artigos 96.º a 99.º e do anexo III da Diretiva n.º 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (JO L 347, p. 1) — Aplicação de uma taxa reduzida de IVA às operações relativas aos equídeos, nomeadamente aos cavalos.

Dispositivo

1. Ao aplicar taxas reduzidas de imposto sobre o valor acrescentado às operações relativas aos equídeos, nomeadamente aos cavalos, na medida em que estes não se destinem normalmente a ser utilizados na preparação de alimentos ou na produção agrícola, a República Francesa não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força

dos artigos 96.º a 99.º da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, lidos em conjugação com o anexo III da mesma diretiva.

2. A República Francesa é condenada nas despesas.

3. A Irlanda suporta as suas próprias despesas.

(¹) JO C 72 de 5.3.2011.

~~Acórdão do Tribunal de Justiça (Sexta Secção) de 8 de março de 2012 (pedido de decisão prejudicial de Tribunal administratif de Rennes — França) — Martial Huet/ Université de Bretagne Occidentale~~

~~(Processo C-251/11) (¹)~~

~~(Política social — Diretiva 1999/70/CE — Acordo quadro CES, UNICE e CEEP relativo a contratos de trabalho a termo — Artigo 5.º, n.º 1 — Contratos de trabalho a termo sucessivos — Medidas para evitar a utilização abusiva de tais contratos — Conversão do último contrato a termo num contrato sem termo — Obrigação de retomar sem alterações as principais cláusulas do último contrato a termo)~~

~~(2012/C-126/04)~~

~~Língua do processo: francês~~

~~Órgão jurisdicional de reenvio~~

~~Tribunal administratif de Rennes~~

~~Partes no processo principal~~

~~Recorrente: Martial Huet~~

~~Recorrida: Université de Bretagne Occidentale~~

~~Objeto~~

~~Pedido de decisão prejudicial — Tribunal administratif de Rennes — Interpretação da Diretiva 1999/70/CE do Conselho, de 28 de junho de 1999, respeitante ao acordo quadro CES, UNICE e CEEP relativo a contratos de trabalho a termo (JO L 175, p. 43) — Contratos sucessivos a termo no setor público — Obrigação de retomar nos seus exatos termos as principais cláusulas do último contrato a termo em caso de transformação em contrato de trabalho sem termo — Princípios da equivalência e da não diminuição do nível de proteção anterior~~

~~Dispositivo~~

~~O artigo 5.º do Acordo Quadro relativo a contratos de trabalho a termo, celebrado em 18 de março de 1999, que figura em anexo à~~

~~Diretiva 1999/70/CE do Conselho, de 28 de junho de 1999, respeitante ao acordo quadro CES, UNICE e CEEP relativo a contratos de trabalho a termo, deve ser interpretado no sentido de que um Estado-Membro que prevê na sua regulamentação nacional a conversão dos contratos de trabalho a termo num contrato de trabalho sem termo, quando os contratos de trabalho a termo tenham atingido uma certa duração, não é obrigado a impor, no contrato de trabalho sem termo, que as cláusulas principais que figuravam no contrato precedente sejam retomadas sem alterações. Todavia, a fim de não pôr em causa os objetivos prosseguidos pela Diretiva 1999/70 e o seu efeito útil, esse Estado-Membro deve velar por que a conversão dos contratos de trabalho a termo num contrato de trabalho sem termo não seja acompanhada de alterações substanciais das cláusulas do contrato precedente, num sentido globalmente desfavorável à pessoa interessada sempre que o objeto da missão desta e a natureza das suas funções permaneçam inalterados.~~

~~(¹) JO C 238, de 13.08.2011.~~

~~Despacho do Tribunal de Justiça (Sexta Secção) de 19 de janeiro de 2012 (pedido de decisão prejudicial de Rechtbank Haarlem — Holanda) — DHL Danzas Air & Ocean (Netherlands) BV/Inspecteur van de Belastingdienst/ Douane West, kantoor Hoofddorp Saturnusstraat~~

~~(Processo C-227/11) (¹)~~

~~(Artigo 104.º, n.º 3, do Regulamento de Processo — Pauta aduaneira comum — Posições pautais — Analisadores de rede — Classificação — Valor jurídico de uma ficha de classificação da Organização Mundial das Alfândegas)~~

~~(2012/C-126/05)~~

~~Língua do processo: neerlandês~~

~~Órgão jurisdicional de reenvio~~

~~Rechtbank Haarlem~~

~~Partes no processo principal~~

~~Recorrente: DHL Danzas Air & Ocean (Netherlands) BV~~

~~Recorrido: Inspecteur van de Belastingdienst/Douane West, kantoor Hoofddorp Saturnusstraat~~

~~Objeto~~

~~Pedido de decisão prejudicial — Rechtbank Haarlem — Validade do Regulamento (CE) n.º 129/2005 da Comissão, de 20 de janeiro de 2005, relativo à classificação de certas mercadorias na Nomenclatura Combinada e que altera o Regulamento (CE) n.º 955/98 (JO L 25, p. 37) — Analisadores de rede~~